

IMPRESA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA  
UNIVERSITY  
PRESS

# A MOBILIDADE ACADÉMICA E A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA QUALIFICADA

RUI MACHADO GOMES  
(COORD.)

## **A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA: DA AUSÊNCIA À REDESCOBERTA DOS MOVIMENTOS EMIGRATÓRIOS NACIONAIS<sup>2</sup>**

### **1. Introdução**

A emigração constitui uma característica secular da sociedade portuguesa que, ao longo dos tempos, foi conhecendo diferentes ritmos e variados contextos económicos e sociopolíticos de origem e de destino. O interesse científico (e também literário) por esta temática foi, em termos genéricos, acompanhando os diferentes momentos de emigração dos portugueses. Um olhar sobre a produção científica entre 1960 e 2013 (Figura 1) mostra que dois períodos se apresentam como particularmente frutíferos em termos de produção científica sobre a emigração portuguesa: o que se segue à emigração intraeuropeia do segundo pós-guerra e o que se inicia com o novo milénio. Enquanto no primeiro é possível notar que uma parte significativa das referências bibliográficas se debruça sobre a emigração que se seguiu ao final do segundo período bélico, no segundo o estabelecimento de uma relação com

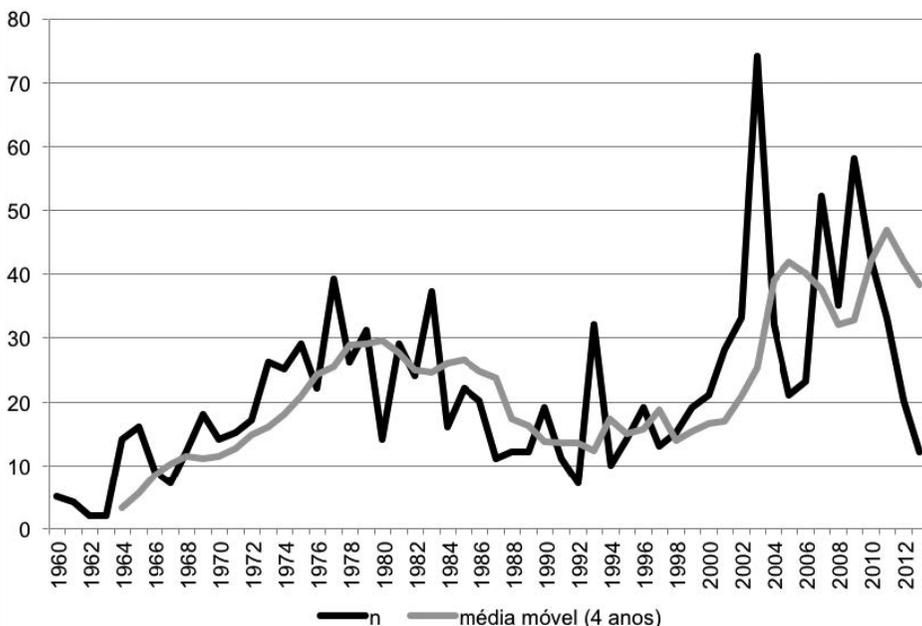
---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, investigador do Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais – Polo do Instituto Politécnico de Leiria (CICS.NOVA.IPLeiria). Doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra, os seus interesses de investigação têm incidido sobre a migração internacional, as políticas migratórias, os fluxos migratórios portugueses, a migração qualificada e a integração dos migrantes. E-mail: [jclaranjo@sapo.pt](mailto:jclaranjo@sapo.pt).

<sup>2</sup> O presente texto recorre extensivamente a trabalhos já publicados pelo autor, sintetizando e desenvolvendo algumas ideias avançadas nesses trabalhos (cf. Marques, 2008, 2010). O texto beneficia dos debates ocorridos no âmbito do projeto “Regresso ao Futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa” (Projeto PTDC/ATP-DEM/5152/2012, coordenado por João Peixoto).

movimentos migratórios próximos é menos evidente. Assim, por exemplo, num levantamento das referências bibliográficas realizado em 2014, o número de referências à emigração portuguesa pós-1980 não ultrapassa as duas dezenas de textos publicados a partir dessa data (Candeias et al., 2014).

FIGURA 1: Produção bibliográfica sobre a emigração portuguesa, 1960-2013



Fonte: Para as referências até 1984, Rocha-Trindade & Arroiteia (1984); para as referências posteriores, Candeias, Góis, Marques e Peixoto (2014).

Tão relevante como apontar para a intensificação da produção bibliográfica sobre a emigração portuguesa em dois períodos particulares é analisar as razões para a sua menor visibilidade científica durante os anos 60, 80 e 90 do século passado. Se a desatenção dos anos 60 pode ser atribuída à dificuldade do regime político da altura em lidar com a questão emigratória e com o conhecimento científico sobre a mesma, a quase ausência do estudo das migrações durante os anos 80 e 90 tem razões mais complexas e não necessariamente relacionadas com as características dos movimentos emigratórios desta época.

## 2. A ausência do estudo dos movimentos emigratórios portugueses

Como referido, até ao início do século XXI a emigração portuguesa pós-1973/74 foi frequentemente negligenciada, quer a nível político, quer a nível científico. Associada a um ‘regresso ao passado’, só esporadicamente era objeto de estudo e de análises mais aprofundadas, mesmo quando a evolução da paisagem migratória nacional insistia em mostrar que esses tempos idos não se encontravam assim tão distantes e que o presente e o futuro pareciam divergir pouco em termos emigratórios do tempo que se acreditava pertencer ao passado.

Evidência da pouca atenção dedicada ao estudo da emigração pode ser encontrada na análise dos dados relativos aos projetos de investigação financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Estes dados mostram que entre 1996 e 2012 foram financiados 55 projetos de investigação sobre a temática genérica das migrações, dos quais apenas oito abordavam a temática da emigração portuguesa e destes somente dois tinham por tema central os fluxos emigratórios nacionais (ambos aprovados em 2012)<sup>3</sup>.

Tal como noutros países, também em Portugal o desenvolvimento das agendas de investigação sobre as migrações foi mais estimulado pela evolução da imigração do que pelos desenvolvimentos registados na emigração, confirmando, assim, que a sociologia das migrações na Europa foi durante largos anos uma sociologia da imigração (e não tanto uma sociologia das migrações) (Sciortino, 2014)<sup>4</sup>. É de admitir que esta situação esteja relacionada com o facto de o desenvolvimento da disciplina ser orientado pelos acontecimentos (*‘event-driven’* segundo Portes (1995, p. 1)) e de as conjunturas da sua evolução terem sido, quase sempre, influenciadas pelos acontecimentos políticos

---

<sup>3</sup> Ao longo deste período, os projetos genericamente enquadráveis na área do estudo das migrações foram financiados em 3.251.903€. Deste valor, 17,8% foi alocado a projetos que abordavam de alguma forma a questão da emigração. Se apenas forem contabilizados os projetos exclusivamente sobre a emigração, esta percentagem reduz-se para 11,4%, correspondendo a quatro projetos (aprovados um em 2003, outro em 2006 e dois em 2012).

<sup>4</sup> Como reconhece este autor, esta afirmação não pretende negar a crescente importância dedicada ao estudo de atividades transnacionais e ao estudo da interligação entre migrações e desenvolvimento que tem atendido aos efeitos das migrações nos países de origem.

relevantes em cada momento – neste caso, relacionados com a imigração, ou, como acontece no momento atual, pela emigração.

Não será este o local para proceder à aferição aprofundada das razões para esta ausência do estudo da emigração portuguesa durante grande parte dos anos 80 e 90 do século XX. Como referido noutro local uma parte destas razões relaciona-se com o incómodo que representava, sobretudo, a nível político, a manutenção de fluxos de saída num país que se queria afirmar como desenvolvido. Outra parte da explicação poderá ser encontrada na dificuldade em obter dados fidedignos sobre o número de saídas a partir de meados dos anos 80, em resultado da eliminação do ‘passaporte de emigrante’<sup>5</sup> no qual se tinham, até então, baseado as estatísticas portuguesas relativas à emigração. A estes dois fatores explicativos é possível adicionar as condições sociais e institucionais de produção do conhecimento sobre os fluxos emigratórios portugueses. A nível social, a emigração, apesar de continuar a registar-se, não assumia os valores que a caracterizaram nos anos 60 e inícios dos anos 70 do século passado. A sua presença na sociedade portuguesa encontrava-se limitada a situações particulares (trabalhadores da construção civil, por exemplo) e só esporadicamente era objeto de atenção por parte dos meios de comunicação social portugueses. A nível institucional, o estudo da emigração portuguesa contemporânea não integrava, de forma geral e sistemática, os planos de estudo dos cursos universitários (quer os de formação inicial, quer os de formação pós-graduada), nem era objeto de especial atenção nos centros de investigação nacionais<sup>6</sup> (o que, naturalmente, não significa que a emigração não tenha merecido a atenção dos investigadores sediados nestes centros de investigação).

Em síntese, enquanto o campo de estudo da imigração em Portugal oferecia múltiplas oportunidades de investigação e permitia aos investigadores o desenvolvimento de análises internacionalmente comparáveis, o estudo da emigração parecia estar associado a um ‘regresso ao passado’, mesmo quando a evolução da paisagem migratória portuguesa insistia em demonstrar que

---

<sup>5</sup> Decreto-Lei n.º 438/88 de 29 de novembro.

<sup>6</sup> A exceção é formada pelo Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta que tem, desde a sua criação em 1989, uma linha de investigação que privilegia os estudos da emigração e da imigração.

este regresso ao passado mais não era do que uma revisitação do presente e do futuro<sup>7</sup>. Por ser uma realidade estrutural, uma ‘constante estrutural’ como diria Vitorino Magalhães Godinho (1978), da sociedade portuguesa que colhe, atualmente, a atenção de um número crescente de investigadores nacionais, considerou-se oportuno olhar com alguma atenção para os fluxos emigratórios que ocorreram nos anos finais do século XX. Em muitos casos, estes fluxos serviram de base à intensificação dos fluxos emigratórios que se verifica no momento atual e que tem conduzido à redescoberta dos fluxos de saída por uma comunidade crescente de investigadores. Como é expetável que a emigração portuguesa continue durante os próximos anos, embora provavelmente a níveis inferiores aos registados nos últimos anos, é de admitir que o seu estudo continue a mobilizar um número cada vez maior de investigadores.

### **3. A emigração portuguesa no final do século XX**

A ausência do estudo da emigração portuguesa durante grande parte dos anos 80 e 90 do século XX poderá, em parte, ser explicada pela dificuldade em obter dados fidedignos sobre as saídas de portugueses. De modo a minorar esta dificuldade, importa olhar para as estatísticas dos países de destino (como recomendaram, nos anos 90, Baganha e Peixoto (1997)). Trata-se de um exercício necessariamente complexo e incompleto, dado o diverso grau de desenvolvimento dos sistemas de recolha de dados estatísticos dos países de acolhimento e a adoção de diferentes definições de migrante por parte desses mesmos sistemas estatísticos. Assim, face à impossibilidade de aceder a dados de todos os países em que é possível testemunhar a presença de portugueses e atendendo a que o objetivo deste artigo é somente apontar para a desatenção com que no passado recente se olhou para a emigração portuguesa, limitamos a análise a alguns países europeus. O principal critério de seleção adotado foi a existência de séries de dados suficientemente longas

---

<sup>7</sup> É curioso assinalar neste local que um projeto de investigação destinado a estudar a nova emigração portuguesa, iniciado em 2013, tem precisamente por título “Regresso ao Futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa” (Projeto PTDC/ATP-DEM/5152/2012, coordenado por João Peixoto).

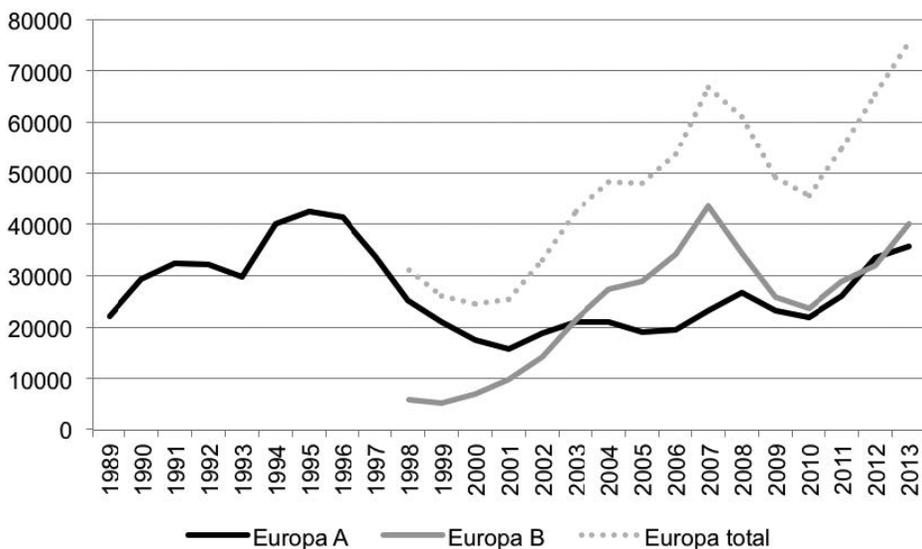
sobre a entrada de portugueses nos seus territórios. Dado que este exercício foi já realizado por Baganha e Peixoto para a década de 80 e os primeiros anos da década de 90, limitamos a observação à década final do século XX, a qual, como tivemos ocasião de mostrar noutra local, integra um novo ciclo de expansão da emigração portuguesa (Marques & Góis, 2013). Trata-se de um período particularmente interessante em termos de análise dos movimentos de saída de portugueses porque correspondeu quer à enunciação política do ‘fim da emigração portuguesa’, quer ao desenvolvimento das condições de mobilidade em virtude da adesão de Portugal, em 1992, ao espaço europeu de livre circulação.

Os dados apresentados na figura seguinte sintetizam a evolução da emigração portuguesa para destinos selecionados da Europa a partir de 1989. É possível notar que nos primeiros anos da década de 90 a evolução foi genericamente positiva (à exceção dos anos 1991 e 1992). A partir de 1996 inicia-se um período de retração da emigração portuguesa para os países integrados no grupo A que se prolonga, ainda que com diferentes intensidades e com diferentes velocidades de recuperação, até 2001 (nos casos da Suíça e Bélgica) e até 2006 no caso da Alemanha. Os países incluídos no grupo B apresentam uma evolução de sentido inverso, com um aumento contínuo a partir de 1999, o qual se interrompe apenas em 2008 em resultado da crise económica que assolou um dos principais destinos da emigração portuguesa nesse período (a Espanha). Durante este período regista-se uma ligeira retoma da emigração portuguesa para os países do grupo A, ainda que, a partir de 2003, a níveis inferiores do que os registados para os países do grupo B.

Os anos que enquadram a mudança de século parecem, assim, apontar para um efeito de amortecimento da contração da emigração para determinados destinos em resultado do desenvolvimento de novos destinos de acolhimento dos portugueses. À semelhança do verificado nos anos 80, testemunha-se deste modo no início do século XXI uma nova fase de reconfiguração dos destinos emigratórios portugueses (uma fase que se estenderá, a partir de meados da primeira década deste século, a destinos não europeus). Este efeito de diversificação dos destinos da emigração nacional no espaço europeu permite ampliar as possibilidades de acionamento de diferentes respostas migratórias em função do conjunto de oportunidades que se desenvolvem nos diferentes

países e/ou de eventuais dificuldades de integração no mercado de trabalho que emergem em determinado destino migratório.

FIGURA 2: Entrada de Portugueses em países europeus seleccionados, 1989-2013



Nota: a) Europa A: Alemanha, Suíça e Bélgica; Europa B: Espanha, Luxemburgo e Reino Unido; Europa total = Europa A + Europa B;

b) A partir de 2002 os dados relativos ao Reino Unido (incluído no grupo Europa B) referem-se às inscrições anuais na Segurança Social inglesa.

Fontes: Alemanha: Statistische Bundesamt Deutschland, Statistische Jahrbuch, (diversos anos); Bélgica e Reino Unido: OCDE, International Migration Database (<http://stats.oecd.org/Index.aspx?DatasetCode=MIG>); Espanha: Instituto Nacional de Estadística. Series anuales Padrón Municipal de habitantes; Luxemburgo: Service central de la statistique et des études économiques (STATEC); Suíça: Bundesamt für Auslaenderfragen (diversos anos)

Esta possibilidade de reconfiguração e de ativação de oportunidades económicas em diferentes destinos emigratórios configura-se como uma característica importante da emigração portuguesa contemporânea (Marques, 2008, 2010), demonstrando, simultaneamente, a intensificação da integração do país no sistema migratório europeu (neste caso enquanto país de origem) e a ação das estruturas sociais de suporte à emigração (as designadas redes migratórias, às quais se voltará mais adiante).

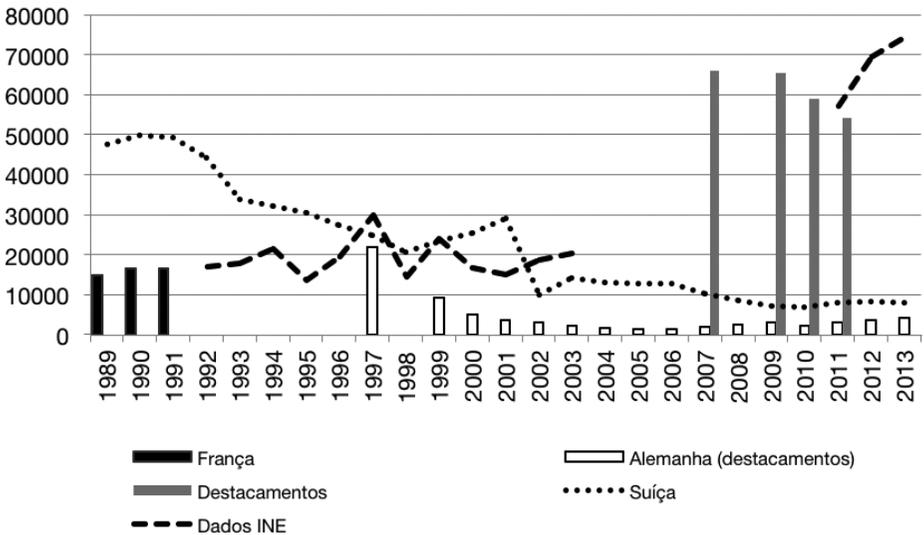
Aos movimentos emigratórios de cariz mais permanente deve adicionar-se um importante fluxo de saídas temporárias. Estas aproveitam os condicionais políticos dos países de acolhimento, os quais privilegiam, numa primeira fase, as entradas sazonais e as diferentes liberdades decorrentes da adesão do país à Comunidade Europeia (em especial a liberdade de prestação de serviços e a liberdade de circulação) para encetar formas migratórias que combinam períodos de duração variável no exterior com períodos de permanência em Portugal. Os dados sobre estes fluxos são bastante parcelares e não apresentam uma regularidade temporal que permita uma correta apreensão da sua real dimensão (cf. Figura 3). Só para a Suíça é possível apresentar uma série de dados que abrange toda a década de 90. Neste país o valor das entradas temporárias de portugueses rondou, anualmente, as 33.700 durante a década de 90, reduzindo-se durante a primeira década do século XXI, em resultado de alterações na política de imigração helvética, para 15.130 entradas anuais. Para França, o valor das entradas temporárias de portugueses foi de 14.719 em 1989, 16.592 em 1990, e 16.568 em 1991 (dados da OMI citados em Ruivo 2001, pp. 160-161)<sup>8</sup>. A partir de 1992 a emigração temporária para França deixou de ser contabilizada pelo OMI. É, contudo, de admitir que ela não tenha desaparecido por completo, ainda mais se atendermos ao facto de a livre circulação tornar este tipo de mobilidade mais simples.

Um caso particular da mobilidade temporária dos portugueses é formado pelos trabalhadores destacados que assumem maior relevância no decurso da década de 90, após a adesão do país à então denominada Comunidade Europeia. Esta forma de mobilidade dos trabalhadores portugueses decorre através da colocação no exterior de efetivos de empresas portuguesas que funcionam, geralmente, como subcontratadas das empresas dos países de destino (por exemplo, de empresas de construção alemãs ou francesas). O número exato de trabalhadores portugueses envolvidos nos processos de destacamento é difícil de determinar. Na Alemanha, país em que esta forma de mobilidade assume particular relevância, o número de portugueses destacados foi, em

---

<sup>8</sup> Alguns destes temporários foram posteriormente incluídos nos 15.368 trabalhadores permanentes portugueses registados, em 1992, pelos serviços do Office des Migrations Internationales e do Institut National d'Études Démographiques (Ruivo, 2001, p. 161).

FIGURA 3: Migrações temporárias de Portugueses em países europeus selecionados, 1989-2013



Fontes: França – Ruivo (2001, p. 160); Alemanha: 1997: Worthmann (2003) e 1999-2013: Soka-Bau (por solicitação particular, a partir de 1999 referem-se apenas ao setor da construção); Suíça: Bundesamt für Ausländerfragen (diversos anos); Dados INE: www.ine.pt (dados estatísticos); Destacamentos: European Commission (2011 e 2012).

1997, de 21.919, o que representava 12,1% do total de trabalhadores destacados e 40,1% dos destacados com origem num dos estados comunitários (Worthmann, 2003). Os portugueses seriam, assim, o maior grupo de trabalhadores destacados com origem num país membro da União Europeia. Trata-se de um número que, de acordo com algumas fontes, peca por defeito, dado referir-se apenas aos que se encontram em situação regular, não incluindo, por isso, os estimados 35.000 portugueses que nesse período estariam a trabalhar como destacados de forma irregular (Gago & Vicente, 2002, p. 212). Dados mais recentes mostram que no final da primeira década do século XXI esta forma de mobilidade continua a ser relevante, abrangendo, em 2007 e 2009<sup>9</sup>, respetivamente, 66.000 e 65.000 trabalhadores portugueses. A partir

<sup>9</sup> Não se apresentam os dados relativos a 2008, dado que apenas seis dos 18 Centros Distritais da Segurança Social responsáveis pela emissão do formulário E-101 (que, no

deste ano os valores reduzem-se para 58.948 em 2010, e 54.183 em 2011 (European Commission, 2012, 2011). Neste último ano, à semelhança dos anos anteriores, os principais países de destino foram a França (34,1% dos trabalhadores destacados), a Espanha (23,6%), a Holanda (13,0%) e a Alemanha (8,8%) (European Commission, 2012, 2011).

#### **4. Determinantes da manutenção da emigração portuguesa**

Até ao final do século XX, os fluxos emigratórios portugueses dirigiram-se preferencialmente para os destinos integrados no sistema migratório europeu, retomando, assim, a orientação que tinha sido dominante nas décadas de 60 e inícios dos anos 70 desse século. A recuperação das saídas para o espaço europeu não significa porém que sejam semelhantes as condições de natureza sociopolítica em que se produzem estas saídas. Atendendo a que, segundo a afirmação clássica de Kingsley Davis, os movimentos migratórios “espelham o mundo tal como ele é no momento em que se processam” (1974, p. 105), não surpreende que os movimentos migratórios portugueses das décadas de 80 e 90 apresentem características e motivos que decorrem do contexto histórico, institucional e social em que se desenvolveram.

Para explicar a manutenção e a recente intensificação dos movimentos migratórios nacionais podem conjugar-se fatores de natureza económica e fatores de natureza institucional e sociopolítica. Quanto aos fatores de ordem económica, o fluxo emigratório contemporâneo tem, à semelhança de fluxos migratórios anteriores, origem em cálculos económicos e na procura da realização de oportunidades económicas e/ou profissionais que escasseiam em Portugal. O modelo de desenvolvimento seguido durante décadas pelo país não foi suficiente para ultrapassar os desequilíbrios de rendimento entre os países de destino da emigração e Portugal e para responder às aspirações de prestígio (sobretudo, social) e de poder (económico) de uma fração signifi-

---

estrangeiro, atesta a inscrição do cidadão nacional na segurança social do país de origem) é que forneceram nesse ano os dados relativos aos números de formulários emitidos (European Commission, 2011).

cativa da população portuguesa que, através da mobilidade exterior, procura aproveitar as vantagens comparativas existentes noutros contextos nacionais (Marques, 2008). Para esta parte da população nacional “os ‘gloriosos anos’ da modernização à portuguesa” (Lopes, 2014, p. 1) não terão contribuído para a redução do seu sentimento de privação relativa, levando-a a considerar mais eficiente procurar melhorar o seu nível de vida através da mobilidade exterior do que aguardar o impacto do desenvolvimento económico sobre as suas condições de vida. A emigração mantém-se, assim, como uma opção importante para milhares de portugueses que a consideram uma possibilidade real de ultrapassar os constrangimentos que enfrentam no mercado de trabalho nacional (Marques, 2008).

Ao nível das condições institucionais e políticas já foi referido atrás que os movimentos migratórios do final do século XX ocorrem num contexto marcado pela emergência e desenvolvimento de um espaço transnacional, delimitado pelas fronteiras exteriores dos países aderentes ao espaço europeu de livre circulação no qual os cidadãos nacionais adquirem novos direitos de mobilidade. Estas novas condições de mobilidade ajudam a explicar o crescimento de diferentes formas de movimentos de saída temporários atrás descritos, explicando igualmente que a frequente indefinição entre “movimentos ‘permanentes’ e ‘temporários’” (Peixoto, 1993, p. 68) surja como um dos aspetos mais marcantes da transformação verificada nos movimentos migratórios externos portugueses. Trata-se, em muitos casos, de movimentos com contornos fluidos em que a estada permanente é, por vezes, conseguida através da reiteração de movimentos temporários e de estadas superiores ao permitido pelo título de permanência do migrante (nos contextos nacionais em que é exigido um título de permanência) (Marques, 2010, 2008).

Um outro fator explicativo da manutenção dos movimentos emigratórios refere-se à existência de comunidades portuguesas espalhadas por diversas regiões do mundo que se constituem como verdadeiras estruturas sociais de apoio à emigração. A participação dos indivíduos nestas redes migratórias permite-lhes o acesso às informações difundidas na rede e ao suporte material à realização dos projetos migratórios. De uma forma geral, no atual contexto emigratório português, as redes migratórias não se limitam a manter o fluxo migratório entre dois locais específicos: Antes se reconfiguram continuamente

de modo a possibilitar a ligação entre a origem e vários possíveis destinos, os quais são ativados de acordo com o sancionamento económico e político vigente no mercado internacional de trabalho. É, assim, de admitir a existência de redes migratórias multipolares com diferentes graus de produtividade e com uma forte capacidade de inclusão de novos destinos emigratórios. Isto é, redes que, em relação a um destino particular, se podem encontrar momentaneamente hibernadas, mas que, relativamente a outro destino, se podem encontrar em plena atividade.

O facto de estas redes se encontrarem ativas em países integrados num sistema supranacional propício à mobilidade internacional e beneficiarem dos desenvolvimentos tecnológicos registados nas últimas décadas (ao nível dos transportes e ao nível das tecnologias de comunicação, por exemplo) tem contribuído para potenciar o efeito cumulativo de um conjunto de fatores promotores da mobilidade contemporânea. Para além dos já mencionados atrás, é importante acrescentar ao conjunto de fatores propiciadores dos movimentos migratórios o desenvolvimento de uma 'cultura migratória' (Kandel & Massey, 2002), vocacionada para o exterior em determinadas regiões do país. A presença desta cultura migratória em algumas regiões ou comunidades de Portugal, alicerçada num sistema de valores de suporte a modos de vida com uma forte propensão migratória (Baganha & Góis 1998/1999, p. 231) tenderá a enquadrar positivamente as decisões migratórias dos seus membros. Num contexto caracterizado pela eliminação de uma parte substancial dos obstáculos à mobilidade (em particular dos trabalhadores comunitários) e pelo funcionamento de uma densa rede migratória, este sistema de valores interiorizado pela prática continuada dos movimentos de saída sustenta as condições necessárias à realização da emigração logo que se desenvolvam as condições suficientes (isto é, as circunstâncias externas) à sua efetivação (Marques, 2008).

## **5. Notas finais**

Através da análise da evolução da emigração portuguesa após meados dos anos 80, procurou-se mostrar que a atual hiperatenção sobre os fluxos

de saída dos portugueses contrasta com a desatenção com que no passado se olhou para esta realidade estrutural da sociedade portuguesa. O volume da emigração registada nas décadas finais do século XX mostra que esta nunca deixou realmente de existir e que a emigração que se produziu a partir da crise económica de 2007 pode ser analisada como um período que combina a intensificação de anteriores fluxos migratórios com o desenvolvimento de novos fluxos de saída.

À semelhança de fluxos anteriores, também os atuais fluxos podem ser explicados pela conjugação de condições que, do lado dos países de destino, se apresentam como favoráveis à receção dos emigrantes portugueses e de circunstâncias que, do lado português, influenciam a efetivação do potencial migratório nacional. De entre as condições que concorrem para a efetivação deste potencial migratório assumem particular relevância as determinantes económicas, em especial, os diferenciais de rendimento e de oportunidades profissionais entre Portugal e os diversos países de destino. A esta explicação ‘tradicional’ para a emigração nacional é necessário acrescentar os fatores institucionais que, sobretudo a partir de meados dos anos 80, criaram um contexto mais propício à mobilidade internacional dos portugueses, o desenvolvimento dos transportes de baixo custo e das tecnologias de informação e comunicação e a ação (com diferentes graus de intensidade) das estruturas sociais de suporte aos potenciais e efetivos emigrantes. Relativamente a estas redes sociais de apoio à emigração, é importante reconhecer a sua crescente complexidade, resultante dos seus diferentes graus de produtividade em função do perfil do emigrante e da complementaridade (e/ou substituição) entre redes fisicamente identificáveis e limitadas e redes que no espaço virtual assumem, frequentemente, funções outrora limitadas à existência de alguma proximidade física. Este conjunto de condições, elencadas neste local de forma bastante breve, permite apontar para a importância de atender ao contexto económico, político, tecnológico e social em que se desenvolvem os fluxos emigratórios. A análise deste contexto multidimensional e de configuração variável (no tempo e no espaço) contribui para informar o olhar atual sobre os novos movimentos de emigração portuguesa e sobre as suas características distintas. Não será surpreendente que, ao aprofundar-se a observação desta realidade, se confirme que algumas das suas características (ditas)

originais têm precedentes na emigração portuguesa das décadas de 1980 e 1990 e que novo é, sobretudo, o modo como a comunidade científica, política, os *media* e a sociedade em geral olham para a emigração contemporânea.

## Referências bibliográficas

- BAGANHA, M. I., & Góis, P. (1998/1999). Migrações internacionais em Portugal: o que sabemos e para onde vamos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 52-53, 229-280.
- BAGANHA, M. I., & Peixoto, J. (1997). Trends in the 90's: the portuguese migratory experience. In M. I. Baganha (Ed.), *Immigration in Southern Europe*, (pp.15-40). Oeiras: Celta.
- CANDEIAS, P., Góis, P., Marques, J. C., & Peixoto, J. (2014). *Emigração portuguesa: bibliografia comentada (1980-2013)*. (SOCIUS Working Paper n.º 1). Lisboa: ISEG.
- DAVIS, K. (1974). The migrations of human populations. *Scientific American*, 231(3), 96-106.
- EUROPEAN COMMISSION (2011). *Posting of workers in the European Union and EFTA countries: Report on E101 certificates issued in 2008 and 2009*. DG Employment, Social Affairs & Inclusion.
- EUROPEAN COMMISSION (2012). *Posting of workers in the European Union and EFTA countries: Report on A1 portable documents issued in 2010 and 2011*. DG Employment, Social Affairs & Inclusion.
- GAGO, C., & Vicente, T. (2002). Alemanha. In M. I. Baganha, J. Ferrão, & J. Malheiros (Eds.), *Os Movimentos Migratórios Externos e a Sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, (pp. 177-224). Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- GODINHO, V. M. (1978). L'émigration portugaise: XV-XXe siècles: une constante structurale et les réponses aux changements du monde. *Revista de História Económica e Social I*, 5-32.
- KANDEL, W., & Massey, D. S. (2002). The culture of Mexican migration: a theoretical and empirical analysis. *Social Forces*, 80(3), 981-1004.
- LOPES, J. T. (2014). *Geração Europa? Um Estudo sobre a Jovem Emigração Qualificada para França*. Lisboa: Mundos Sociais.

- MARQUES, J. C. (2008). *Os Portugueses na Suíça: Migrantes Europeus*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MARQUES, J. C. (2010). A emigração portuguesa em tempos de imigração. *POLÍGONOS. Revista de Geografia* (20), 115-129.
- MARQUES, J. C., & Góis, P. (2013). Dinâmicas do sistema migratório lusófono: um olhar a partir das migrações portuguesas. In L. Fonseca, P. Góis, J. C. Marques, & J. Peixoto (Eds.), *Migrações na Europa e em Portugal. Ensaios de homenagem a Maria Ioannis Baganha*, (pp. 185-203). Coimbra: Almedina.
- PORTES, A. (1995). Economic Sociology and the Sociology of Immigration: A Conceptual Overview. In A. Portes (Ed.), *The Economic Sociology of Immigration. Essays on Networks, Ethnicity, and Entrepreneurship*, (pp. 1-41). New York: Russel Sage Foundation.
- ROCHA-TRINDADE, M. B., & and Arroteia, J. C. (1984). *Bibliografia da emigração portuguesa*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância.
- RUIVO, J. R. (2001). *Portugais et population d'origine portugaise en France*. Paris: L'Harmattan.
- SCIORTINO, G. (2014). A European Sociology of Migration? Not Yet, Not Quite. In S. Konioridos, & A. Kyrtis (Eds.), *Handbook Of European Sociology*. London: Routledge.
- WORTHMANN, G. (2003). *Nationale Autonomie trotz Europäisierung: Probleme der Arbeitsmarktregulierung und Veränderungen der industriellen Beziehungen in der deutschen Bauwirtschaft*. München: Rainer Hampp Verlag.

(Página deixada propositadamente em branco)